

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Parlamento aprova mais de 200 projetos no primeiro semestre

Deputados apreciaram no período 178 projetos de lei, 19 projetos de lei complementar, seis projetos de resolução, dois projetos de emenda constitucional e seis projetos de conversão em lei de medida provisória

Eduardo Guedes de Oliveira

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), apresentou, dia 16, o balanço dos trabalhos parlamentares do primeiro semestre. Com base nos números, contemplando a aprovação de 211 matérias, o presidente disse que os deputados estaduais cumpriram com sua missão, debatendo e votando projetos de relevância para Santa Catarina.

No período, aconteceram 89 sessões plenárias, sendo 60 ordinárias e 29 extraordinárias. Foram votados 178 projetos de lei, 19 projetos de lei complementar, dois projetos de emenda constitucional, seis projetos de resolução e seis projetos de conversão em lei de medidas provisórias. A atuação também incluiu ações institucionais como a Agenda Positiva.



Página 5

Com galerias lotadas de servidores da Segurança Pública e Educação, parlamentares apreciam mais de 50 projetos nas últimas duas sessões antes do recesso

LDO contempla prioridades do Orçamento Regionalizado

Página 8

Deputados autorizam pacote para segurança pública e abono para magistério

Página 6 e 7

Combustível adulterado em debate

Solon Soares



Audiência pública debate mecanismos para coibir a fraude no mercado

Página 4



Herneus se despede do Legislativo

Página 3

OPINIÃO

A isenção constitucional

A cobrança da taxa de pedágio em Palhoça fere os direitos fundamentais do cidadão. Imagine a situação: o trabalhador precisa levar o filho à escola cinco vezes por semana. Quis o destino que este morador de Palhoça residisse após o Rio Cubatão e o colégio é em uma área mais central da cidade. Nem todos têm a sorte de conseguir uma vaga no colégio próximo a sua residência. Mas levá-lo à sala de aula é questão de cidadania, necessidade e um processo natural na vida das pessoas. Esse exemplo mostra também que circular pela cidade é algo comum no dia-a-dia da população. Além da escola, você vai ao posto de saúde, ao banco, à praça, ao encontro dos amigos.

Essas situações corriqueiras nos levam a uma reflexão sobre os motivos da cobrança da taxa: a lucratividade da empresa concessionária. A relação entre ela e os usuários do pedágio é de consumo. Portanto, dividir áreas de intensa

densidade populacional, como é o caso de Palhoça, onera de forma desproporcional os habitantes que vivem próximo à praça de pedágio. É o que chamamos de onerosidade excessiva. O desequilíbrio contratual imposto pela empresa concessionária culmina em prestação excessivamente onerosa para uma das partes (no caso os moradores de Palhoça) e enriquecimento indevido do ente privado.

Isso tudo sem falar da obra de duplicação da BR-101, trecho Sul, que parece não ter fim. Ela não cumpriu os prazos, que atrapalha no cotidiano dos moradores e ainda segue indefinida quanto à finalização nos próximos dois anos. É incabível impor à população a cobrança de pedágio sem a conclusão das obras.

O Código de Defesa do Consumidor busca o equilíbrio, a boa-fé e a vedação da onerosidade excessiva. Manter a cobrança é agir contra o princípio da isonomia,

previsto na Constituição Federal. É tratar os iguais de forma desigual, ou seja, impor um ônus diferenciado aos residentes de municípios onde as praças de pedágio estão instaladas.

O PL 0098.5/2009, que isenta da taxa de pedágio todos os veículos pertencentes aos moradores do município onde estejam as praças de pedágio, cujos veículos estejam ali emplacados, recentemente aprovado por unanimidade na Assembleia, encontra amparo legal. Prova disso, são os votos proferidos nos tribunais de Justiça do Rio de Janeiro e do Paraná que ao analisarem matérias semelhantes, manifestaram-se favorável à isenção. Portanto, a proposição é legal e objetiva manter o equilíbrio contratual, evitando assim a limitação do direito de ir e vir dos cidadãos na própria região em que residem.

Deputado Cesar Souza Junior (DEM)

Crédito educativo, uma questão de justiça social

Uma das mais destacadas proposições que encaminhamos nesta Casa é a que cria no âmbito do ensino superior o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes em Santa Catarina. O projeto estabelece que esse programa tem a finalidade de custear estudos universitários em nível de graduação e que o valor do crédito não será inferior a 25% do valor da mensalidade.

Poderão participar todas as instituições de ensino superior estabelecidas no Estado. O candidato ao benefício tem de residir no Estado há pelo menos três anos, sendo que a Secretaria da Educação é que estabelecerá o número de contemplados por município.

No caso de o número de interessados superar o número previsto, a Secretaria da Educação deverá realizar sorteio público com a presença obrigatória de representantes das entidades estudantis. Os juros sobre o cré-

dito educativo não ultrapassarão a taxa anual de 6%, sendo que o aluno beneficiado começará a amortizar sua dívida após a conclusão do seu curso, com carência de até 12 meses.

Ao apresentarmos esta proposta, destacamos que a educação é a mais sólida base na qual se assentam todas as nações e que nesse campo o Brasil deixa muito a desejar. A universidade talvez seja atualmente um dos mais realistas quadros para comprovar o regime de *apartheid* social vigente em nosso País, onde cada vez mais se acentua a concentração de riqueza em cada vez menos mãos. Os muitos que acabam não tendo sucesso na dura batalha pelas vagas da universidade pública vão disputá-las na rede privada e parte significativa desses estudantes não tem condições econômicas de fazer frente às elevadas mensalidades dessas instituições. E para eles, extingue-se a fraca esperan-

ça de um futuro melhor.

Estão entre os objetivos fundamentais do Brasil a construção de uma sociedade "livre, justa e solidária" para erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e para, ainda, promover o bem de todos, sem preconceitos de qualquer espécie.

Toda política pública envolve escolhas. Todo processo de seleção, como concurso público, exames vestibulares, envolve escolhas e uma separação entre os que estão aptos e os que não estão. Grande parte das leis que busca realizar a justiça substantiva é pautada em escolhas que privilegiam pessoas e grupos. O direito em si é um instrumento social que se utiliza de classificações, discriminações e desigualdades para atingir a própria igualdade e justiça material. Vale dizer: justiça social.

Deputado Plínio de Castro (PP)

Comitiva de Vêneto no Legislativo

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), recebeu dia 15, em seu gabinete, uma comitiva liderada pelo secretário de Fluxos Migratórios da Região de Vêneto, Itália, Oscar De Bonna. A comitiva já percorreu 14 prefeituras do Oeste do estado que fazem parte da rota italiana.

Oscar de Bonna confirmou para setembro, em Florianópolis, por iniciativa do presidente Jorginho Mello, a vinda de técnicos italianos que trabalham na área de segurança pública para um seminário sobre prevenção de catástrofes, entre elas, enchentes.

De Bonna falou sobre a experiência de Vêneto nessa área, onde 80% dos trabalhadores da Defesa Civil são voluntários e o trabalho é, eficiente. Ainda durante a vinda a Santa Catarina, em setembro, essa a comitiva fará a doação de 20 mil euros a descendentes de italianos moradores de Blumenau atingidos pela catástrofe de 2008.

Sobre o seminário, Jorginho Mello destacou a troca de experiências na área de prevenção a catástrofes. "Os técnicos de Vêneto são muito zelosos nesse trabalho e têm larga experiência em casos de deslizamentos", concluiu.

[AGENDA]

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina está em recesso parlamentar de 17 a 31 de julho, conforme determina a Constituição Estadual. No período, não serão realizadas sessões ordinárias e reuniões de comissões técnicas. Mesmo assim, a Casa mantém outras atividades conforme programação abaixo.

- **Dia de 20 a 24, das 9 às 19 horas** - Exposição do Artista Hamilton Mendonça
Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho
- **Dia 22, 14 horas** - Reunião sobre a Lei do Empreendedorismo individual.
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **Dia 23, 15 horas** - Ato Solene em homenagem a União Nacional de Negros/SC (Unegro)
Local: Plenarinho Paulo Stuart Wright
- **Dia 24, 18h30min** - Seminário sobre Mobilidade Urbana
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **Dia 28, 8h30min** - Conferência sobre o "Orçamento Público como garantia do direito fundamental à segurança"
Local: Auditório Antonieta de Barros
- **Dia 28, 19 horas** - Sessão Solene em homenagem a Jerônimo Coelho, fundador da Imprensa Catarinense e da 1ª Loja Maçônica em Santa Catarina
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- **Dia 29, 18h30min** - Seminário sobre Saúde Pública
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Mesa



Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

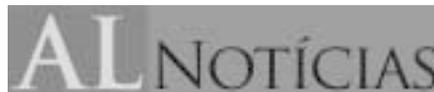
4º Secretário: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

Herneus se despede do Parlamento

Deputado renuncia a mandato para assumir vaga como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado

Denise Arruda Bortolon

O deputado Herneus de Nadal (PMDB) se despediu da tribuna na sessão ordinária do dia 14. Ele vai renunciar, dia 20, ao mandato para assumir a vaga de conselheiro no Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC).

Seus colegas de Parlamento fizeram fila no microfone de aparte para homenageá-lo. Deputado estadual em sua quinta legislatura consecutiva, sendo o deputado mais votado da história do Poder, conquistando mais de 72 mil votos na última eleição, Nadal fez uma retrospectiva de sua trajetória política e falou sobre a nova função. "Pretendo corresponder aos anseios de quem sempre confiou em mim, me somando aos outros seis conselheiros do Tribunal de Contas para cumprir a missão que me foi delegada", declarou.

Há mais de 30 anos no PMDB, Herneus elegeu-se prefeito de Caibi, Extremo Oeste, em 1982, época em que o mandato durava seis anos. Em seguida foi nomea-

do diretor da Celesc na regional de Chapecó. Em 1990, chegou à Assembleia Legislativa. Foi líder do governo no mandato de Paulo Afonso Vieira (PMDB) e nos dois mandatos de Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Também foi líder da Bancada do PMDB, em 1999. Em 28 de abril deste ano foi eleito pelos deputados estaduais como conselheiro do TCE, na vaga de Moacir Bértoli.

Como deputado, Herneus trabalhou em prol do desenvolvimento econômico do estado, mas, principalmente, de sua região, apresentando e defendendo projetos voltados para infraestrutura no interior catarinense, com a construção e reforma de escolas, hospitais e rodovias.

"Trabalhamos para a construção do Hospital Regional do Extremo Oeste, para a descentralização da Udesc, com a implantação do campus de Palmitos, e para asfaltar o acesso a mais de 50 municípios. A nossa região ficou com outra cara", destacou. Ele também ressaltou sua defesa pela manutenção das

empresas públicas. "Conseguimos honrar a palavra empenhada com a manutenção do caráter público do BESC e da Celesc."

Base eleitoral

O parlamentar credita sua votação nas últimas eleições à integração, ao contato direto e permanente com sua base eleitoral, sempre defendendo os projetos e os pleitos do interior. Seus fins de semana foram reservados para visitas e eventos de toda ordem. "Neste momento sinto que recebi muito mais do que merecia. Sou um devedor. Devo ao Parlamento, ao PMDB, aos meus colegas e à sociedade", disse.

A relação de confiança estabelecida entre o deputado e seus eleitores marcou a sua passagem pela Casa, bem como a atuação diante dos maiores desafios. "Procurei dar apoio a todas as reivindicações. Meu gabinete sempre esteve aberto para atender as pessoas que vinham do interior", explicou.

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputado em quinta legislatura, Herneus foi o deputado mais votado na história do Poder

"Homem público é uma referência"

Herneus preferiu não fazer uma avaliação sobre o cenário político estadual, mas disse que o Congresso Nacional tem deixado grandes lacunas na expectativa do eleitorado, sem encaminhar soluções para reformas fundamentais para o desenvolvimento do país, como a política e a tributária. "A falta de ação dos nossos representantes obriga o Poder Judiciário a regulamentar muitas situações,

exercendo, assim, o papel reservado ao parlamentar", reclamou.

Para ele, a representação política é um recorte da sociedade, que elege seus candidatos sabendo quem são, e os reelegem mesmo após tantos escândalos. "Tem sido assim com os envolvidos no 'mensalão', por exemplo. Então a sociedade não pode reclamar justificando que não conhece os políticos. Os homens públicos

que praticam a corrupção o fazem sempre com a participação do corruptor, que é da iniciativa privada", salientou.

Nadal acredita que a conscientização da população é a melhor maneira de qualificar a representação política. "O homem público é uma referência e a sua atuação implica no modelo a ser seguido na sociedade que o elege", finalizou.

Depoimentos

"Herneus é um dos deputados que mais orgulho deu ao Parlamento catarinense em todos os dias de seus mandatos" - Presidente Jorginho Mello

"Durante a ditadura enfrentou o que pôde e o que não pôde. É referência como cidadão, partidário e parlamentar" - deputada Ada Faraco De Luca (PMDB).

"Nosso sentimento é de alegria e tristeza pela despedida de um grande parlamentar. Ganha o Tribunal de Contas e a população" - deputado Dionei Walter da Silva (PT).

"O Parlamento perde muito com a sua saída. É um profissional competente que deixou sua marca" - deputado Renato Hinnig (PMDB).

"É um momento de agradecimento pela história que fez em Santa Catarina, pelas pessoas que ajudou e pelo partido" - deputado Antonio Aguiar, líder do PMDB.

"Tenho orgulho de ter convivido com Herneus. A sua votação não foi acaso, mas consequência de trabalho", deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB).

"Vale ressaltar as conversas que tivemos e a confiança na sua palavra empenhada", deputado Sargento Soares, líder do PDT.

"Herneus é a história viva que orgulha o nosso estado. A sua missão foi cumprida" - deputado Manoel Mota (PMDB).

"A nossa região perderá muito em representação política com a sua ausência" - deputado Plínio de Castro (PP).

"Vamos dar continuidade ao trabalho ao qual ele se dedicou" - deputado Adherbal Deba Cabral (PMDB).

"Convivi com um homem íntegro que queria ver aprovadas as leis em prol da sociedade" - José Natal Pereira (PSDB).

"Continue prestando relevantes serviços à Santa Catarina" - deputado Marcos Vieira (PSDB).

"Felicidades na nova empreitada" - deputado Elizeu Mattos (PMDB), líder do Governo.

"Semeou sementes benéficas. Sempre atendeu a todos muito bem" - deputada Professora Odete de Jesus, líder do PRB.

"Deixou seu legado, foi um semeador da boa prática e da boa política" - deputado Giancarlo Tomelin (PSDB).

"Parabéns pela lição de vida e pelos amigos que fez" - deputado Jean Kuhlmann (DEM).

"Um grande líder do Parlamento. Cumpriu sua tarefa como homem público catarinense" - deputado Darci de Matos (DEM).

"Vai fazer um bom trabalho no Tribunal de Contas" - deputado Décio Góes (PT).

"Um grande parlamentar e será um grande conselheiro. A sua nota é 13" - deputado Jailson Lima (PT).

"Dará um grande exemplo à população catarinense" - deputado Professor Sérgio Grando, líder do PPS.

"Aprendemos muito com Herneus" - deputado Serafim Venzon, líder do PSDB.

"Sempre cumpriu com a palavra empenhada. Vai fazer falta, mas vai fortalecer o TCE" - deputado Joares Ponticelli, líder do PP.

"Deu muitos conselhos aos parlamentares, quando as coisas não eram fáceis" - deputado Reno Caramori (PP).

"Teve sabedoria para discutir as questões sem levar para o lado pessoal. Sempre terá o meu respeito" - Kennedy Nunes (PP).

"Levou seu mandato com muita responsabilidade e desenvolveu um trabalho extraordinário na sua região" - deputado Dirceu Dresch, líder do PT.

"É um homem público exemplar. Será um grande conselheiro" - deputado Edison Andrino (PMDB).

"A dívida da sociedade com ele é muito grande. Sou testemunha da importância que teve e tem para a sociedade" - deputado Lício Mauro da Silveira (PP).

"Teremos dificuldades para continuar seu trabalho, mas vamos nos esforçar ao máximo" - deputado Moacir Sopelsa (PMDB).

Cerco à adulteração de combustível

Audiência pública aponta mecanismos para coibir prática, entre elas a criação de um Fórum de Combate à Evasão

Solon Soares

Scheila Dziedzic

Audiência pública realizada dia 14 definiu mecanismos para fechar o cerco à adulteração e à sonegação fiscal de combustível. Como medidas, foram apontadas a operacionalização de um cadastro de veículos, pessoas e empresas que atuam no esquema, principalmente do álcool, e a formalização do Fórum de Combate à Evasão Tributária do Setor de Combustíveis.

Presidida pelo deputado Renato Hinnig (PMDB), a reunião foi realizada no âmbito das comissões de Finanças e Tributação e de Economia, por solicitação do deputado Edison Andrino (PMDB). As medidas serão discutidas com o Executivo.

Na avaliação de Andrino, apesar da antecipação do governo, que anunciou medidas para coibir o problema levantado por ele a partir de diversos contatos com o Sindicato dos Combustíveis, existem ainda alguns pontos a serem discutidos. "Todos estão interessados em resolver essa questão. Fico satisfeito que o assunto levantado aqui na Assembleia tenha provocado o governo a intensificar as ações para solucioná-lo", comentou.

Andrino se referiu a dois projetos de lei que deverão ser enviadas pelo Executivo direcionadas ao setor e à sonegação. Um projeto de lei definirá critérios mais rígidos para novas inscrições estaduais no segmento e tornar obrigatória a apresentação de garantia para obtenção ou manu-

tenção da inscrição estadual.

Outro projeto de lei instituirá a perda do combustível em caso de desrespeito ao Código de Defesa do Consumidor. O produto irregular será apreendido e seu antigo proprietário o perderá em definitivo, além de receber outras sanções. O projeto prevê, ainda, que a inscrição estadual dos infratores seja cassada e determina que os proprietários fiquem impedidos de exercer atividades no mesmo ramo por cinco anos.

Fiscalização

O diretor de administração tributária, Anastácio Martins, reforçou a importância das ações e a preocupação do governo para coibir a sonegação. Destacou que as duas propostas são as principais medidas adotadas e acrescentou que outros atos serão implantados. Entre eles, a reformulação do modo de fiscalização de mercadorias em trânsito; o controle sobre os emissores de Cupom Fiscal nos postos e a verificação dos encerrantes, que registram o volume de abastecimento feito a cada dia.

Ele apontou o convênio com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), com treinamento de fiscais para verificação de adulteração em combustíveis e fraudes no uso de bandeiras nos postos e a renovação do convênio com o Comitê Sul Brasileiro de Qualidade do Combustível, que controla a qualidade do combustível comercializado.



Requerida por Andrino, reunião avalia projetos de lei que serão enviados pelo Executivo para sanar problema

Mercado de SC dominado por 50% de sonegadores

Segundo levantamento apresentado pelo vice-presidente do Sindicato dos Revendedores de Combustíveis de São José e Região (Sindcomb), Adriano José Matias, em Santa Catarina, atualmente, estima-se que 50% do mercado de álcool seja dominado por empresas sonegadoras. E que esta situação ocorre muitas vezes por causa da alta incidência de impostos que, quando sonegados, trazem altíssimos lucros.

De acordo com Adriano José

Matias, os postos de combustíveis que respeitam a lei e comercializam álcool combustível legalizado encontram-se sufocados, pois não conseguem competir com os sonegadores.

"Tudo isso reflete em elevado prejuízo tributário para os cofres do Estado e para a sociedade, que deixa de receber investimentos", comentou.

Presente à reunião, a deputada Ada Faraco de Luca (PMDB) cumprimentou o secretário da

Fazenda, Antonio Gavazzoni, pelas medidas anunciadas para conter a crescente sonegação fiscal pelo setor de combustíveis e acrescentou: "Fechando as divisas e com a marcação serrada do Estado sobre adulteradores de combustíveis e sonegadores de impostos todos nós seremos beneficiados: o Estado aumentará a arrecadação, os empresários verão o fim da concorrência desleal e o consumidor terá garantido o direito de comprar um combustível de qualidade".

Lançada cartilha para desmistificar a adoção de crianças nas escolas

O Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de Florianópolis (Geaaf), lançou, dia 13, a cartilha "Familiarizando a adoção nas escolas". O trabalho tem objetivo de apresentar maneiras de a escola lidar com as diferentes formações de família.

Com o apoio da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, o evento também comemorou os 19 anos da Lei n.º 8.609, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo a presidente do Geaaf, Úrsula Carreirão, a cartilha serve para levar aos professores algumas maneiras de abordar o tema. "Compreender é necessário. Há muito que se aprender com as particularidades de cada história. Existem muitas formas de família como filhos que mo-



Deputada Angela Albino destaca contrastes sociais do país

ram com os avós, ou que vivem somente com a mãe. A escola tem que saber lidar com isso."

Presidindo a reunião, a deputada Angela Albino (PCdoB) declarou que a Assembleia Legislativa tem papel importante nesse tema. "O Brasil é um país de muitos contrastantes. De um

lado temos muitas crianças para a adoção e, de outro, temos muitos casais querendo adotar. É preciso fazer essa conexão e por isso temos que dar a visibilidade necessária ao assunto. É um olhar fraterno do Legislativo", disse.

O representante da Vara da Infância e Juventude em Flo-

rianópolis, Ênio Gentil Vieira, afirmou que a cartilha vem ajudar muito no trato do tema. "A adoção ainda precisa ser desmistificada e os conceitos devem ser reconstruídos e ampliados. As pessoas precisam conhecer melhor o assunto e a escola é um bom ponto de referência." De acordo com ele, o Brasil ainda não vive uma cultura de adoção e impõe preferências em relação à criança a ser adotada. "A maioria dos casais que nos procura pede meninas brancas e com menos de seis meses. E a nossa realidade é outra. Temos que desconstruir para construir novos conceitos." Dados da Vara da Infância e do Adolescente apontam que, no estado, há cerca de 1.400 crianças abrigadas e que 10% estão aptas para adoção.

Saiba mais

A publicação é dividida em quatro capítulos: família, adoção, escola e dicas para práticas docentes. Cada um deles traz situações diferentes.

O primeiro mostra as várias possibilidades de família. O segundo, trata da adoção e o que ela significa. Os dois últimos capítulos falam do papel da escola na construção de vivências que incluam múltiplas configurações familiares. Todos os capítulos têm sugestões de livros e filmes. Ao final há uma lista com endereços dos grupos de adoção.

INSTITUCIONAL

Carlos Kilian



Em entrevista coletiva, presidente do Legislativo, deputado Jorginho Mello, destaca que parlamentares cumpriram papel de debater e votar projetos de relevância para Santa Catarina

Primeiro semestre de resultados positivos

Deputados realizam 89 sessões plenárias e aprovam 211 matérias no período

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), apresentou no dia 16 um balanço das atividades parlamentares no primeiro semestre deste ano. No período, o Parlamento realizou 89 sessões plenárias, sendo 60 ordinárias e 29 extraordinárias. Foram aprovadas 211 matérias, entre projetos de Lei (178), de Resolução (6), de Lei Complementar (19), de Emenda Constitucional (2) e de Conversão em Lei de Medida Provisória (6).

“Este foi um semestre de resultados positivos, com a participação efetiva de todos os parlamentares. Um balanço para orgulhar Santa Catarina. Houve muito debate, muito trabalho. Encerramos o semestre com certeza de que cumprimos nosso papel”, explicou o presidente. Ele ainda ressaltou a importância do recesso parlamentar. “Não são férias. É um período em que cada um de nós volta para sua base para trazer as necessidades de cada região.”

O presidente também comentou sobre as obras realizadas no hall de entrada da Casa. “Demos cara nova para a Assembleia poder receber me-

lhor os cidadãos. Um Poder cada vez mais imponente dentro da democracia”, concluiu.

Audiências

Ainda passaram pelo crivo dos parlamentares 1.000 requerimentos, 499 indicações, 176 moções e 136 pedidos de informação. O Parlamento ainda promoveu 37 audiências públicas, 12 sessões especiais, sete sessões solenes, seis homenagens e quatro seminários com ampla participação da sociedade.

Das matérias que tiveram aprovação em Plenário algumas já foram sancionadas e transformadas em lei. Entre elas estão a Lei 14.708, que garante direito de informação prévia ao consumidor sobre as normas de utilização de cheques em estabelecimentos comerciais; a Lei 14.694, que versa sobre a adoção de livros didáticos e apostilas nas escolas particulares de educação básica de Santa Catarina; a Lei 14.706, que cria a Semana Estadual de Ações de Defesa Civil; e a Lei 14.675, que cria o Código Estadual do Meio Ambiente.

Regionalizado é destaque

Das 37 audiências públicas realizadas, destacam-se as 13 do Orçamento Regionalizado, que incluem discussões para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2009 e a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2010.

Também merecem ênfase as audiências que debateram a reconstrução pós-enchurrada de novembro de 2008 dos municípios de Ilhota, Gaspar e de Jaraguá do Sul; a que discutiu a implantação

da praça de pedágio em Palhoça, no Km 221 da BR-101; a que tratou da dívida dos agricultores familiares do estado; a que debateu a duplicação da BR-470; a que avaliou a situação da Casan; a que tratou da implantação da defensoria pública em Santa Catarina; a que abordou o programa habitacional do governo Federal “Minha Casa Minha Vida”; a que analisou as obras de duplicação da BR-101; e a que tratou da segurança nas rodovias federais.

Seminários com repercussão

Pesca e aquicultura foram os temas do seminário realizado em março e promovido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), quando foram entregues equipamentos para a atividade pesqueira catarinense.

Já em abril aconteceu o seminário intitulado “O Futuro da Água em Santa Catarina: Gestão Integrada de Recursos Hídricos de Tecnologia Educacional da Grande Florianópolis” e que teve uma

série de palestras e debates sobre a necessidade de preservação, principalmente, do Aquífero Guarani. No mês de maio foi a vez da realização do Sustentar 2009, um fórum com mais de 600 participantes e que discutiu assuntos como energias renováveis e consumo responsável. Também contribuiu para estreitar as discussões sobre a relação entre energia renovável, produção de alimentos e mudanças climáticas.

Homenagens

Entre as atividades ocorridas nas sessões especiais promovidas pelo Legislativo houve a escolha do deputado Herneus de Nadal como novo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Também nas sessões solenes e especiais foi lançada a Campanha Nacional pela Moradia Digna e homenageada a Cooperativa do Rio do Peixe (Cooperio) por seus 40 anos de atividades. Os parlamentares catarinenses ainda comemoraram os 180 anos da colonização Alemã no município de São Pedro de Alcântara; o Dia Internacional da Mulher; os 100 anos da Assembleia de Deus no Brasil; os 50 anos da Associação Beneficente da Indústria Carbonífera Catarinense; os 35 anos da Acafe; os 40 anos de criação do Departamento de Enfermagem da UFSC; os 50 anos da Uniplac; os 45 anos da FURB; os 30 anos de instalação do Grupo RBS; os 80 anos de fundação da Associação Empresarial de Itajaí; e os 25 anos da ADVB/SC, entre outras homenagens.

Código Ambiental e Agenda Positiva, provas de vanguarda

Considerada a matéria com maior relevância aprovada pelo Parlamento nos últimos anos, o Código Ambiental tem 306 artigos e compila 26 leis estaduais relacionadas ao meio ambiente. Elaborado pelo Executivo e com aprimoramento garantido por centenas de emendas do Legislativo estadual, a nova lei busca

conjuguar preservação ambiental e desenvolvimento produtivo.

O Código também inspirou o Parlamento catarinense a implantar em 2009 uma Agenda Positiva, um conjunto de ações que necessitam de soluções urgentes e que agora é foco de todas as bancadas. Entre elas estão a conclusão da duplicação

da BR-101, melhorias na BR-470, construção da Ferrovia Translitorânea (que unirá todos os portos do Litoral, até São Francisco do Sul) e da Ferrovia do Frango (interligação entre ferrovias situadas no Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Chile).

Ações para a revitalização econômica de Santa Catarina

também integram a Agenda Positiva. A exemplo do Código Ambiental, que foi discutido em audiências públicas pelo estado, os temas da Agenda são alvo de amplos debates com a população catarinense e depois são defendidos em Brasília, onde a bancada federal dá continuidade ao movimento.

Os números

Projetos aprovados - 211
Outras proposições - 817
Sessões Ordinárias - 60
Sessões Extraordinárias - 29
Sessões Especiais - 12
Sessões Solenes - 7
Audiências Públicas - 37
Seminários - 04

Sessões lotadas antes do recesso

Pacotes de matérias para Segurança Pública e abono para o magistério público estadual movimentam Parlamento

Nas últimas duas sessões ordinárias que antecederam o início do recesso parlamentar, nos dias 15 e 16, os destaques ficaram por conta da aprovação de um pacote de projetos na área da Segurança Pública, do abono para o magistério público e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). No dia 15, foram aprovados cerca de 50 projetos e no dia 16, cinco.

Na sessão do dia 15, quatro projetos - todos do Poder Executivo - geraram intenso debate. Centenas de trabalhadores da Segurança Pública e da Educação lotaram as galerias e o hall da Casa. Foram apreciados o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 41/2008, que dispõe sobre as atribuições dos agentes prisionais, o PLC nº 28/2009, que concede abono aos servidores e militares integrantes da Segurança Pública, o Projeto de Lei nº 250/2009, que institui indenização por óbito ou invalidez permanente, total ou parcial, também aos servidores integrantes da Segurança Pública, e o PLC nº 29/2009, que incorpora o abono concedido pela Lei nº 13.135/2004 ao vencimento dos membros do Magistério público estadual e institui complemento ao Piso Nacional do Magistério.

Matéria que já havia provocado polêmica, o projeto que versa sobre as atribuições dos agentes prisionais tem em seu artigo sétimo o principal foco de divergência. Nele está aberta a possibilidade de, excepcionalmente, os serviços de apoio e segurança à vigilância interna e externa das unidades prisionais serem executados através da contratação de empresa privada especializada.

Colocado em análise o projeto, as bancadas que fazem oposição ao governo manifestaram o desejo de ter suas emendas colocadas para apreciação em destaque. A principal delas suprimiu o artigo sétimo, enquanto a outra mantém as policiais realizando a segurança externa das unidades prisionais. Ambas as emendas foram rejeitadas e o projeto acabou aprovado por 21 votos a 11.

Também da Segurança Pública, o PLC nº 28/2009, que incorpora abono aos servidores da categoria, sofreu uma

tentativa de obstrução pela oposição devido a não aprovação de emenda do deputado Sargento Amauri Soares (PDT) que diminuía o prazo para pagamento do abono. Indignados, parlamentares da oposição deixaram o Plenário. A estratégia não teve sucesso e a base do governo aprovou o projeto com 22 votos e nenhum contrário.

União

Já o PLC nº 250/2009 foi aprovado, por unanimidade. A proposta concede indenização por morte ou invalidez - total ou parcial -, para os servidores da segurança pública quando vitimados na função.

O PLC nº 29/2009, que incorpora abono dos professores e institui o Piso Nacional do Magistério para os professores da rede estadual, também sofreu uma tentativa de obstrução, mas foi aprovado por 22 votos. Apesar da implantação ser unanimidade, muitos consideraram a incorporação um absurdo por não representar aumento real.

Parlamentares contrários à iniciativa se manifestaram. A deputada Angela Albino (PCdoB) questionou como um projeto que objetiva valorizar a categoria propõe um abono de apenas R\$ 100,00 e ainda para ser dividido em quatro parcelas. A parlamentar também salientou que "a matéria atenta contra a organização sindical".

Os deputados Dionei Walter da Silva (PT), Décio Góes (PT), Dirceu Dresch (PT), Joares Ponticelli (PP), Plínio de Castro (PP), Kennedy Nunes (PP), Reno Caramori (PP), Lício Mauro da Silveira (PP), Sargento Soares e a Angela Albino ocuparam espaço para manifestar seu desconforto com o abono concedido.

Sensíveis ao intenso clamor dos manifestantes presentes, eles deixaram o Plenário e se recusaram a votar a matéria. A proposta foi aprovada com 22 votos. De acordo com o PLC, fica incorporado o abono de R\$ 100,00, divididos em quatro parcelas iguais pagas até 2010.



Trabalhadores da Segurança Pública e da Educação ocupam galerias do Plenário Osni Régis para acompanhar votação

Crítérios para valorização profissional dos militares

Na sessão do dia 16, a última antes do recesso, as atenções estiveram voltadas ao Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 27/2009, que institui critérios de valorização profissional para os militares estaduais, e o Projeto de Lei nº 106/2009, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2010. (leia na página 8)

Colocado na pauta de apreciação das comissões no dia 15, o PLC nº 27/2009 encontrou forte rejeição entre representantes sindicais da categoria de Segurança Pública e na oposição. Alguns pontos da matéria encontraram resistência até na bancada governista.

O principal desacordo estava nos artigos 10 e 11 do projeto. O primeiro trata das missões de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, enquanto o segundo dispõe sobre o poder de polícia para o Corpo de

Bombeiros Militar.

Uma nova redação para ambos os artigos trouxe um consenso parcial. Durante a apreciação, o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) solicitou que suas 10 emendas ao projeto fossem analisadas em destaque. Sob o aplauso dos praças presentes e o olhar atento dos oficiais da PM, uma a uma as emendas foram apresentadas. Nove delas foram rejeitadas. Segundo o líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), o maior problema estava na geração de despesa da maioria das emendas.

Uma das emendas rejeitadas restabeleceria a proporção entre o maior e o menor soldo da corporação. Outra permitiria a conversão de 100% em dinheiro de licença-prêmio não gozada e outra ainda preconizava a instituição de uma data-base anual para revisão de soldos.

A indisposição do pedetista só não foi em vão devido à conquista de uma emenda aprovada, que define para ingresso na carreira de praça da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros a necessidade de bacharelado ou licenciatura plena em curso de nível superior em qualquer área de conhecimento por curso reconhecido pelo Ministério da Educação.

Colocado em votação, o PLC recebeu 24 votos a favor e nenhum contrário, em virtude da saída do Plenário das vozes dissonantes. Ao término da votação o deputado Marcos Vieira (PSDB) aplaudiu o posicionamento da maioria e criticou o secretário de Articulação, Valdir Cobalchini (PMDB), que, segundo ele, "tomou para si a paternidade da matéria, quando na verdade foi uma construção dos deputados da base governista e da oposição".

Mudanças na estrutura da Administração

Foi aprovado, dia 16, o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 23/09, que estabelece mudanças na gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. Do Poder Executivo, a matéria altera pontos da Lei Complementar nº 381, de 2007. Segundo o líder do governo na Casa, deputado Elizeu Mattos (PMDB), o projeto visa "aperfeiçoar o modelo de gestão da Administração Pública do Estado".

De acordo com a lei, a Administra-

ção Pública visa descentralizar os circuitos de decisão, melhorando o processo entre os serviços públicos. Está atribuído a ela o desenvolvimento sustentável nas dimensões ambiental, econômica, social e tecnológica, elevando a qualidade de vida dos catarinenses. A estrutura organizacional está organizada em dois níveis: Nível Setorial e Regional. A primeira abrange as secretarias Setoriais e suas entidades vinculadas. Estas têm o papel de planejar e normatizar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento

regional.

O Nível Regional, por sua vez, compreende as secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional. Cabe a elas a supervisão, coordenação e controle de forma articulada com as secretarias de Estado Setoriais. O conhecimento nos dois níveis é contextualizado num terceiro nível, ou seja, a base de conhecimento governamental que implementa com o conceito democrático e transparente da população, assegurando agilidade aos serviços públicos.

Piso do Magistério

O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 29/09 incorpora um abono no vencimento dos membros do Magistério Público Estadual. A matéria promulga a Lei nº 13.135, de 11 de novembro de 2004, instituindo desta forma o Complemento ao Piso Nacional do Magistério (CPNM).

Com a aprovação do PLC, a classe terá incorporado o abono de R\$ 100,00 para os ativos e inativos. O valor incorporado se dará com aplicação progressiva na tabela de vencimentos, observada a proporcionalidade do regime de trabalho e dos proventos de aposentadoria. A nova incorporação será paga da seguinte forma: 25% em agosto de 2009; 25% em fevereiro de 2010; 25% em maio de 2010; e 25% em agosto de 2010.

Plano de Carreira da Udesc

O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 26/09 altera dispositivos da Lei Complementar nº 345, de 2006, que fala sobre o Plano de Carreira dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

A mudança trata de um acréscimo de parágrafo único, no artigo 10º, que diz que os vencimentos dos cargos e as gratificações pelo exercício das funções de confiança são determinados por índices incidentes sobre o Valor Referencial de Vencimento da UDESC. O parágrafo traz o valor referencial de vencimento, fixado, a partir de 7 de abril de 2009, em R\$ 212,80

Admissão de ACTs

O Projeto de Lei Complementar nº 16/2009 disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. A proposta foi aprovada com 23 votos favoráveis e cinco contrários.

Para o deputado Dionei Walter da Silva (PT), o projeto poda e penaliza professores ACTs. "Por isso nossa bancada vota contrária", justificou. Posição semelhante foi tomada pelo deputado Joares Ponticelli (PP). "Vislumbramos neste projeto a possibilidade de terceirização dos ACTs, assim como já aconteceu com as merendeiras."

Por sua vez, a deputada Professora Odete de Jesus (PRB) defendeu a proposta, da qual destacou o fato de "prestigiar os ACTs pela sua assiduidade", numa posição absolutamente diversa da bancada de oposição.

Crítérios para o Fundeb

O Projeto de Lei nº 60/09, de autoria do Poder executivo, aprovado dia 15, cria novos critérios para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) visando à valorização dos profissionais da educação no âmbito da Administração Pública Direta Estadual.

De acordo com o projeto, fica estabelecido ao Conselho Estadual do Fundeb, instituído em janeiro de 2008, fiscalizar a utilização de recursos do fundo sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC). Também determina que, dos recursos transferidos do fundo, uma parcela de 60% seja destinada à remuneração dos profissionais do Magistério da educação básica pública. Os outros 40% devem ser destinados para ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública.

A matéria determina como despesas: aperfeiçoamento dos profissionais, ou seja, habilitação de professores leigos, capacitação dos profissionais da educação por meio de programas de formação continuada, remuneração dos profissionais da educação básica que desenvolvem atividades de natureza técnica-administrativa nas unidades escolares e nos órgãos da administração que supervisionam a gestão educacional no Estado.

Crítérios como a aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações de imóveis já construídos ou de terrenos para construção de prédios destinados às escolas também estão incluídos no PL, além de aulas extracurriculares, como língua estrangeira e atividade física.

Atribuições de agentes prisionais

Aprovado por unanimidade dia 15, o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 41/08, de autoria do Executivo, trata das novas atribuições dos Agentes Prisionais. O texto recebeu emenda modificativa, apresentada pelo deputado Elizeu Mattos (PMDB). A matéria tem por objetivo reger o provimento efetivo de nível médio dos integrantes do Sistema Prisional, do Sistema de Segurança Pública, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

No projeto, as atribuições dos agentes prisionais englobam o zelo pela disciplina geral e segurança dos presos condenados e provisórios dentro das unidades prisionais, a segurança e custódia dos presos durante as escoltas e permanência fora das unidades, a vigilância externa e interna, impedindo fugas, entre outras. A proposição prevê ainda o acréscimo de 1.300 vagas no quadro de Agentes Prisionais através de concurso público.

Conforme a emenda aditiva, que dá nova redação ao artigo 7º do projeto, em casos excepcionais dos serviços de apoio e segurança, fica limitada a contratação de empresa privada especializada, não podendo ultrapassar 20% do efetivo do quadro dos Agentes Prisionais. Os deputados da bancada do PT votaram contrários à emenda.

Abono para Segurança Pública

O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 28/09, aprovado dia 15, concede abono aos servidores militares integrantes do Sistema de Segurança Pública. De acordo com o, do Executivo, os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, Agentes e Escrivães da Polícia Civil, Psicólogo Policial, Sistema Prisional e Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator terão um abono de R\$ 590,00. Para os oficiais da PM e do Corpo de Bombeiros Militar, Perito Oficial e Autoridade Policial Civil, o abono será de R\$ 300,00.

Os valores serão concedidos em três parcelas: nos meses de agosto de 2009, fevereiro e agosto de 2010. Para a categoria que vai receber R\$ 590,00, os valores das parcelas serão de R\$ 390,00, R\$ 100,00 e R\$ 100,00. Para a segunda categoria que vai receber R\$ 300,00, serão três parcelas de R\$ 100,00. O valor do abono previsto no projeto será concedido ao servidor ou militar sujeito ao regime de 40 horas semanais.

Indenização

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 250/09, durante a sessão ordinária do dia 15, os servidores integrantes do Sistema de Segurança Pública terão direito à indenização por óbito ou invalidez permanente, total ou parcial. A indenização será paga por fato ocorrido em efetivo exercício das atribuições do servidor, ou em razão destas.

Para a indenização em razão de invalidez total ou parcial, o servidor só receberá após o término do tratamento necessário para as lesões, com valor máximo estipulado em R\$ 50 mil. Se após o pagamento de uma indenização por invalidez o servidor vier a falecer, em decorrência das circunstâncias que ensejaram o seu pagamento, caberá ao Estado pagar a indenização devida pelo óbito, deduzida da importância já paga pela invalidez.

Medidas Provisórias

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 07/08, que altera o art. 51 da Constituição do Estado de Santa Catarina, sobre as Medidas Provisórias, foi aprovada dia 15. A partir de agora, em caso de relevância e urgência, o governador poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à Assembleia Legislativa.

Segundo a Constituição Estadual, a medida provisória perderá sua eficácia se não for convertida em lei no prazo de 30 dias. Com a PEC, o prazo aumentou para 60 dias, período prorrogável uma vez por igual período. Na proposta também fica garantido que se a medida provisória não for apreciada em até 45 dias, contados de sua publicação, entrará em regime de urgência.

O autor da PEC, deputado Joares Ponticelli (PP), afirma que a modificação do artigo nº 51 da Constituição Estadual tem por finalidade disciplinar o instituto das medidas provisórias, para adequá-la às regras jurídicas vigentes na Carta Magna.

Melhorias para idosos

De autoria do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), o Parlamento catarinense aprovou, dia 16, o Projeto de Lei nº 130/07, que determina melhorias no atendimento aos idosos na área de saúde. A matéria estabelece que o governo estadual crie unidades geriátricas, com profissionais especializados nas áreas de geriatria e gerontologia social. Para o autor do PL, cada unidade de saúde deve dispor de pelo menos um médico geriatra.

Com a aprovação, os hospitais da rede pública de Santa Catarina passarão a ter leitos, ambulatórios e consultórios destinados exclusivamente aos idosos, além da estrutura física adequada. Eles terão prioridade na marcação de exames, transplantes e cirurgias.

Segundo Júnior, o PL resgata o dever do Estado de amparar pessoas idosas, garantindo melhores condições de vida, conforme determina o artigo 230 da Constituição Federal.

PLENÁRIO

Solon Soares



Na última sessão ordinária antes do início do recesso parlamentar, deputados autorizam por unanimidade projeto, com apresentação de 69 emendas, das quais 13 foram apreciadas em destaque

Deputados aprovam LDO contemplando prioridades do Orçamento Regionalizado

Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece metas e prioridades da administração pública

Rose Mary Paz Padilha
Sheila Dzedzic

Os deputados aprovaram por unanimidade, dia 16, o Projeto de Lei nº 106/09, do Executivo, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A LDO compreende as metas e as prioridades da administração pública, orientando a elaboração do Orçamento do Estado para o próximo ano.

O relator da matéria, deputado Renato Hinnig (PMDB),

disse que houve consenso dos deputados na construção do relatório aprovado, contemplando as demandas apontadas pelas comunidades nas 13 audiências públicas do Orçamento Regionalizado. "Adotamos como diretriz que acataríamos as três prioridades de cada região elencadas nas audiências públicas do OR, fórum criado pela Assembleia Legislativa para o debate entre parlamentares e as comunidades sobre obras

prioritárias", afirmou.

Hinnig disse ainda que apenas a bancada do PT apresentou emendas fora das audiências. Das 69 apresentadas pelos petistas, sendo 13 com destaque em Plenário na votação, apenas uma foi acatada pelo relator. "A rejeição ocorreu porque o Estado não tem recursos suficientes para atender todas as demandas, mesmo sendo meritórias."

Apesar do descontentamento pela não aprovação

das emendas, o líder do PT, deputado Dirceu Dresch, disse que a bancada votou favorável à aprovação do projeto diante do compromisso assumido de aprovar as diretrizes orçamentárias para o ano que vem. Já os deputados da base governista elogiaram a forma com que o relator conduziu os trabalhos.

Entre as emendas previstas na LDO, estão a cobertura de insuficiências financeiras decorrentes do novo sistema de

legislação previdenciária do Estado (Iprev) e a implementação do Programa de Educação Fiscal destinado à modernização da administração tributária estadual e voltado ao incremento de arrecadação e controle fiscal. "É necessário investir mais no controle e na cobrança de tributos estaduais, a fim de possibilitar incremento de receita ao Estado para que haja maiores investimentos nas áreas mais carentes", disse o relator.

Uma obrigação constitucional no final do primeiro semestre

A cada ano, o governo tem obrigação constitucional de enviar ao Legislativo, até o final do primeiro semestre, a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), que deve ser votada antes do recesso parlamentar de 17 a 31 de julho, com a função de definir ações e programas a serem executados pela administração de cada estado, no próximo ano, servindo como diretriz ao Orçamento.

O detalhamento sobre a responsabilidade na consolidação das ações, bem como determinações de valores, só ocorre na Lei Orçamentária Anual, esta sim formulada de maneira específica. Esse processo vem sendo utilizado pelo gestor público para ter controle sobre o equilíbrio financeiro, de maneira que as despesas estimadas para o ano

fiscal seguinte tenham efetivo suporte das receitas previstas pelo governo. Essa é uma maneira utilizada para evitar déficits orçamentários.

A LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública. Além de conter informações como as despesas de capital também serão informadas ao legislador se o Executivo pretende realizar alterações na legislação tributária, nas políticas de aplicação das agências oficiais de fomento, dispõe sobre política de recursos humanos da administração, determina os percentuais de participação na Receita Líquida Disponível do Poder Legislativo (3,70%), Judiciário (7,40%), do Tribunal de Contas do Estado (1,30%) do Ministério Público (3,10%) e da Udesc (2,05%),

entre outras regras a serem observadas no ano seguinte a sua aprovação.

O anexo de metas e programas está dividido por áreas e Poderes. O Executivo planeja ações para os setores de ciência, inovação e tecnologia, economia, meio ambiente, iniciativas empreendedoras, saúde, segurança, assistência social, trabalho e renda, educação, cultura, esporte, turismo, gestão pública, infraestrutura, agricultura e o programa catarinense de inclusão social descentralizado.

O planejamento fiscal do estado começa pela elaboração do Plano Plurianual, uma programação bem ampla, que prevê ações para o período de quatro anos: os três últimos anos de cada administração e o primeiro ano do sucessor.

Saiba mais

O Estado estima para 2010 uma receita total de R\$ 12,617 bilhões e o montante de despesa no valor de R\$ 12,317 bilhões.

Já as receitas e despesas primárias, que são os valores que se prevê arrecadar, excluído os valores de ordem financeira, como juros de aplicações ou pagamento de encargos, estão estimados respectivamente em R\$ 12,103 bilhões e R\$ 10,966 bilhões.

Na LDO que subsidiou o orçamento estadual de 2009, que ainda está em execução, previu uma receita total de R\$ 11,665 bilhões e despesa de R\$ 11,477

bilhões. Enquanto que a receita primária é de R\$ 11,189 bilhões e a despesa de R\$ 10,184 bilhões.

Os valores estimados decorrentes da concessão de benefícios fiscais relacionados ao ICMS, IPVA e ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos) são na ordem de R\$ 3,006 bilhões (renúncia fiscal). De acordo com explicação constante no projeto da LDO, a compensação da renúncia de receita se dará através de esforço de arrecadação e de uma administração tributária eficaz.

INSTITUCIONAL

Executivo propõe salário mínimo estadual

Legislativo recebe projeto de lei complementar, com escala de quatro níveis, que será apreciado em agosto

**Scheila Dzedzic e
Rose Mary Paz Padilha**

A Assembleia Legislativa recebeu, dia 10, em regime de urgência, o Projeto de Lei Complementar (PLC) que institui o salário mínimo regional para o estado de Santa Catarina. A discussão e a votação do projeto ficaram, no entanto, para agosto.

A decisão resultou da falta de consenso entre as bancadas em relação ao projeto de lei complementar. Segundo o presidente, deputado Jorginho Mello (PSDB), o projeto ficou para agosto com objetivo de ser mais debatido.

A proposta foi entregue em mãos pelos secretários de Estado da Coordenação e Articulação, Valdir Cobalchini, da Fazenda, Antônio Gavazzoni, e pela secretária da Assistência Social, Trabalho e Habitação,

Dalva Dias, ao presidente Jorginho Mello (PSDB).

Dividido em quatro níveis salariais para diversas categorias de trabalhadores, os valores propostos pelo governo do Estado são: R\$ 587,00, R\$ 616,00, R\$ 647,00 e R\$ 679,00 (veja as categorias na tabela ao lado).

Conforme o projeto, estes valores substituem o salário mínimo nacional e serão aplicados na carga horária máxima permitida. Estes pisos salariais valem somente para as categorias que não tenham definição salarial em lei federal, convenção ou acordo coletivo.

Construção

A presença de três secretários de Estado ao ato de entrega do projeto evidenciou a importância que o Executivo está dando ao assunto. Antônio Gavazzoni e Dalva Dias destacaram que

a construção da proposta teve resistência, principalmente por parte do setor empresarial, que só assimilou a proposta devido ao benefício social. Gavazzoni explicou que todo o processo foi negociado de maneira criteriosa, levando em conta a realidade de Santa Catarina.

A discussão envolveu diversos setores governamentais e 16 centrais sindicais e outras entidades representativas. Segundo Dalva Dias, a proposta vai beneficiar aproximadamente 400 mil trabalhadores catarinenses. "Representa, sobretudo, uma ferramenta de distribuição de renda."

Ela acrescentou que a proposta catarinense se inspirou em bem-sucedidas experiências de outros estados e que tem amparo em lei federal. "O piso salarial vai representar mais dignidade ao trabalhador, além de se inserir numa perspectiva de política pública do trabalho", disse.



Presidente recebe projeto das mãos de três secretários de Estado

Saiba mais

R\$ 587,00 – Valor proposto aos trabalhadores da agricultura e pecuária; de indústrias extrativistas e de beneficiamento; de empresas de pesca e aquicultura; empregados domésticos; do turismo e hospitalidade; da indústria da construção civil; da indústria de instrumentos musicais e brinquedos; de estabelecimentos hípicas e empregados motociclistas (motoboys), no transporte de documentos e pequenos volumes.

R\$ 616,00 – Valor proposto aos trabalhadores nas indústrias do vestuário e calçado; da fiação e tecelagem; de artefatos de couro; de papel, papelão e cortiça; de empresas distribuidoras e vendedoras de jornais e revistas; empregados em bancas e vendedores ambulantes de jornais e revistas; empregados na administração das empresas proprietárias de jornais e revistas; empregados em estabelecimentos de serviços de saúde e em empresas de comunicação e telemarketing.

R\$ 647,00 – Valor proposto aos trabalhadores nas indústrias do mobiliário; química e farmacêuticas; cinematográficas; da alimentação; empregados no comércio em geral e agentes autônomos do comércio.

R\$ 679,00 – Valor proposto aos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas, de material elétrico, gráficas, de vidros, cristais, espelhos, cerâmicas de louça e porcelana, artefatos de borracha, de joalheria; em empresas de seguros privados e capitalização de agentes autônomos de seguros e de crédito; em edifícios e condomínios residenciais, comerciais e similares; empregados em estabelecimentos de cultura; em processamento de dados e transporte em geral.



Representantes de centrais sindicais entregam abaixo-assinado para presidente da Assembleia

Presidente recebe 50 mil assinaturas de apoio à matéria

Numa solenidade dia 14, na Sala de Imprensa da Assembleia Legislativa, o presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB) recebeu de representantes das centrais sindicais, federações e sindicatos de trabalhadores do estado mais de 50 mil assinaturas de apoio à aprovação do projeto de lei do salário mínimo regional de Santa Catarina.

Jorginho Mello disse que

o abaixo-assinado respalda o projeto do governo. Segundo os representantes das centrais sindicais, a proposta do Executivo contempla 90% da proposta idealizada pelos trabalhadores.

"Reivindicamos apenas que seja apresentada emenda estabelecendo o mês de janeiro como data-base de reajuste do piso proposto, coincidindo com o reajuste anual do salário mínimo nacional", afirmou Ivo

Castañera, diretor financeiro da Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina (Fecesc). O salário mínimo de Santa Catarina proposto no projeto é aceito pelos sindicalistas.

Castañera disse que o projeto é o resultado de quase três anos de luta desses trabalhadores e que vai beneficiar, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e

Estudos (Dieese), mais de 400 mil trabalhadores catarinenses. "A aprovação do projeto será uma vitória da população." Ele solicitou ao presidente Jorginho Mello que as assinaturas fiquem expostas no hall da Assembleia por oito dias, para que a população tome conhecimento da iniciativa, e ainda que o abaixo-assinado fosse comunicado aos líderes dos partidos. Os pedidos foram prontamente aceitos pelo

presidente.

Diversos parlamentares acompanharam a entrega: Sargento Amauri Soares (PDT), Professora Odete de Jesus (PRB), Décio Góes (PT), Dirceu Dresch (PT), Dionei Walter da Silva (PT) e Pedro Uczai (PT). Todos foram unânimes ao afirmar que esse é um momento histórico para o sindicalismo do estado e que o projeto resulta da luta dos trabalhadores.

GERAL

Fotos Solon Soares



Cerca de 14 mil veículos dos bairros da região Sul de Palhoça estão sendo cadastrados para ter direito à isenção, enquanto não for construído acesso paralelo ao município

Criado grupo de trabalho para pedágios

Representantes do governos federal e estadual, Judiciário, Legislativo, ANTT e concessionária assumem tarefa

Tatiani Magalhães

A audiência pública realizada dia 10 para debater a questão dos pedágios na BR-101 em Santa Catarina, especialmente a isenção da taxa em Palhoça, criou um grupo de trabalho. Ele será formado por representantes do governo federal, do governo estadual, do Judiciário, do Legislativo, da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) e da concessionária responsável pela duplicação, a Auto Pista Litoral Sul. O objetivo é estudar o caso para apresentar uma providência concreta.

Caso não ocorra um entendimento administrativo que atenda, de imediato, aos anseios dos moradores da região Sul, a alternativa será recorrer a uma ação judicial para que a cobrança em Palhoça seja interrompida de imediato.

No dia 14, no entanto, os primeiros passos rumo a um entendimento foram tomados em reunião entre prefeitura de Palhoça, ANTT, DNIT, concessionária,

Ministério Público e senadora Ideli Salvatti (PT). Como resultado do encontro, começou a ser realizado o cadastramento de quase 14 mil veículos de bairros da região Sul de Palhoça. Eles serão identificados para a isenção da cobrança no Km 221 até a conclusão de um acesso alternativo.

Promovido pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, em conjunto com o Fórum e conduzido pelo deputado Décio Góes (PT), membro da comissão, e pelo coordenador do fórum, deputado federal Gerônimo Silva (PSDB/SC), o encontro na Assembleia reuniu lideranças políticas, comunitárias e entidades ligadas ao assunto, entre eles Bernardo Figueiredo, diretor-geral da ANTT, João Neto, diretor da empresa Auto Pista Litoral Sul, e da senadora Ideli Salvatti.

Representando o governo do Estado, o secretário de Desenvolvimento Regional de Florianópolis, Valter Gallina, destacou dois pontos essenciais para o problema. "Temos que impor o fim da

cobrança, ou mudar a praça de pedágio de local para acabar com a injustiça na região", frisou.

Para Figueiredo, a ANTT pode atuar na questão da mobilidade em Palhoça. "Devemos encontrar uma forma de isentar os veículos que comprovem residência no município", afirmou.

Histórico

Segundo a senadora Ideli, o histórico do programa de concessões da rodovia, assinado em 26 de junho de 1996, previa a duplicação da BR-101 a partir de um contrato de empréstimo. E

entre 1997 e 1998, já eram previstas no programa de concessão as cinco praças de pedágio do trecho Norte da rodovia federal, entre elas, a praça da Palhoça. "Os erros já foram cometidos. Temos, nesse momento, que buscar corrigir de forma sensata, e é o que o governo Lula vem fazendo. Prova disso foi a mudança, para a concessão, do valor previsto para a tarifa, que baixou de R\$ 3,00 para R\$ 1,10", salientou.

Reconhecimento a formandos



Presidente Jorginho Mello entrega honraria à aspirante a oficial da PM

A aspirante à oficial da Polícia Militar, Carolina Maria Beckmann, recebeu, dia 10, das mãos do presidente do Legislativo catarinense, Jorginho Mello (PSDB), o Prêmio Assembleia Legislativa. Carolina foi a primeira colocada entre os 25 alunos do curso de Formação de Oficiais da Academia da Polícia Militar de Santa Catarina, na área de Ciências Humanas.

O reconhecimento aos formandos da PM é uma ação do Parlamento catarinense, instituída por resolução desde o ano de 1981. O segundo vice-presidente do Tribunal de Justiça, Sólton D'Eça Neves, também homenageou a militar por seu desempenho em Ciências Humanas.

O presidente Jorginho Mello disse que o evento demonstra o orgulho e o respeito à "brilhante Polícia Militar catarinense, que tem prestado importantes serviços à sociedade, sendo um exemplo de corporação". Ele também destacou o fato de ser uma mu-

lher a estar recebendo o prêmio e acrescentou que já manteve contato com o Comando-Geral da PM no sentido de aumentar o percentual de vagas destinadas às mulheres nas promoções para oficiais. "Elas têm um olhar diferente da realidade e isso poderá alterar o jeito de lidar com situações de violência", comentou.

O respeito pela mulher foi ressaltado pelo presidente da Assembleia ao lembrar a emenda de sua autoria ao projeto de lei que alterou o tempo de serviço necessário aos servidores da segurança.

Por sua iniciativa, as policiais militares podem requerer a aposentadoria com 25 anos de serviços prestados. Antes o prazo mínimo era de 30 anos. Mello ainda comentou que o reconhecimento à qualidade do quadro da PM está acontecendo com o envio de projeto de lei que concede benefícios como adicional de pós-graduação, incorporação de abonos, entre outras concessões.

Deputados mobilizados contra cobrança

Os parlamentares presentes foram unânimes nos pronunciamentos contra a cobrança de pedágio em Palhoça. A principal alegação é que a cobrança é injusta, uma vez que a obra de duplicação não está concluída no trecho.

Estiveram presentes os deputados José Natal (PSDB), Joares Ponticelli (PP), Manoel Motta, Renato Hinnig e Edison Andriano (PMDB), Cesar Souza Júnior

(DEM), e o Prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro (PSDB).

Já os deputados federais que participaram da audiência - Gerônimo Silva (PSDB), Jorge Boeira (PT), Edinho Bez (PMDB), Paulo Bornhausen (DEM) e Angela Amim (PP) e Acélio Casagrande (PMDB) - manifestaram preocupação com a situação, solicitando agilidade para que a cobrança seja suspensa imediatamente. A parlamentar

sugeriu que, se não houver um acordo administrativo imediato, o Estado deve recorrer a uma ação jurídica, pois assim a Justiça determinaria a suspensão.

"Temos um caso idêntico em Resende, no Rio de Janeiro, onde a Justiça teve que interferir e decidir", comparou. Muitos dos parlamentares presentes avaliaram como cabível a ação, caso não haja entendimento nos próximos dias.

GERAL

Carlos Kilian



Deputado Décio Góes comanda reunião proposta pela Comissão de Turismo, que reuniu senadora Ideli Salvatti, secretário nacional Leodegar Tiscoski e Movimento Municipal de Saneamento

Audiência retrata saneamento na Capital

Movimento Municipal trabalha para universalizar acesso da população ao serviço

Graziela May Pereira

Projetos em desacordo com diretrizes do novo marco regulatório de saneamento, definidos pela Lei Federal 11.445/07, e a atuação da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) foram alguns dos pontos debatidos na audiência pública que tratou, dia 10, do "Saneamento básico em Florianópolis e adjacências". Proposta pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Décio Góes (PT), a reunião é resultado de esforços do Movimento Municipal de Saneamento Básico e Ambiental de Florianópolis.

O grupo trabalha para garantir que as obras de saneamento na Grande Florianópolis sejam executadas com participação e controle social, buscando a universalização de acesso ao saneamento, respeitando-se a legislação federal de saneamento ambiental, o Estatuto das Cidades e as leis ambientais.

A reunião culminou com a missão de a Casan chamar seus parceiros institucionais para a revisão de ajustes no Saneamento básico. Um seminário técnico e político que venha discutir alternativas e soluções para os problemas identificados também foi proposto na audiência.

Raio-x

O secretário adjunto de Saneamento de Florianópolis, Nelson Bittencourt, afirmou que a Capital tem 99,5% da sua população com abastecimento de água, mas apenas 50% têm rede de tratamento de esgoto. "Estamos trabalhando

para que até 2012 toda a população tenha esgoto em suas casas." Ele destacou ações já realizadas e como exemplo citou a conclusão do sistema de esgoto de Ingleses. "Para solucionar totalmente o sistema de saneamento básico na região é preciso implantar emissário que vai levar para o mar o esgoto já tratado", completou.

Representando a Casan, César Paulo de Luca lembrou que o saneamento básico era um sonho há alguns anos e que apenas depois da aprovação da Lei Federal, em 2007, se tornou algo plausível. "O tratamento de esgoto é a nossa maior demanda, nosso maior problema. A Capital catarinense tem apenas 50% de sua população atendida. Isso é um absurdo. Somos uma capital turística e merecemos mais." Outros municípios abastecidos pela Casan também têm o mesmo problema. Santo Amaro da Imperatriz possui apenas 20% do município atendido pelo esgoto, enquanto que São José chega a apenas 30%.

César garantiu que até 2010 a Casan quer atender com saneamento os 60% da população urbana de Florianópolis. Em 2012, deve alcançar 100% da população definitiva. No abastecimento de água, a Casan pretende atingir 100% de cobertura nos próximos quatro anos, investindo principalmente no Centro (Maciço do Morro da Cruz), Norte (Ratones) e Sul (Praia do Saquinho e Caieira da Barra do Sul). "Vamos destinar R\$ 149 milhões para obras em redes de esgoto. Outros R\$ 61 milhões serão aplicados para abastecimento de água e R\$ 7 milhões em infra-estrutura e ações

Secretário diz que governo federal deve fiscalizar

O secretário nacional de Saneamento Ambiental, Leodegar Tiscoski (PP), lembrou que o governo federal deve fazer a fiscalização e por isso depende da participação dos municípios nos planos municipais de saneamento. "A comunidade tem que participar, pois só assim vai ser respeitada pela secretaria. Discutir o assunto numa forma plena é necessário."

Tiscoski afirmou que o Estado desembolsa apenas 6,5% dos recursos com saneamento básico. "O recurso está disponível, mas é preciso colocar isso em prática. Estão sendo destinados R\$ 1,2 bilhão para serem utilizados em obras de saneamento básico", finalizou.

A senadora Ideli Salvatti (PT),

por sua vez, lembrou que o governo federal não pode fiscalizar todas as obras do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e quem deve fazer isso é a população. "O déficit de tratamento de esgoto é vergonhoso. Santa Catarina perde, inclusive, para alguns estados do nordeste", comparou. Ideli lembrou que antes do PAC, Itajaí não tinha sequer um metro de esgoto sanitário.

Impactos

Apesar de a legislação federal exigir dos municípios planos de saneamento em conjunto com seus planos diretores, ambos com ampla participação social na deter-

minação das prioridades e na análise dos impactos, a prefeitura de Florianópolis não vem cumprindo com estes princípios legais, afirma Loureci Ribeiro, do Movimento pelo Saneamento de Florianópolis.

Ele ainda afirma que há previsão de obras sem consultas públicas e sem licenciamento ambiental, como Estações de Tratamento de Esgoto que iriam lançar efluentes nas baías Sul e Norte. "As propostas foram abandonadas, mas agora a Casan está propondo o lançamento dos efluentes nas regiões da Joaquina, Campeche e Ingleses, provocando preocupações em pescadores e surfistas." O Movimento pede a suspensão imediata e temporária dos recursos para as obras.

Codesul assina protocolo para bacias hidrográficas

Foi assinado em Florianópolis, dia 8, um protocolo de intenções para viabilizar o programa de desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas dos Estados que fazem parte do Codesul (Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul): Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), participou do encontro e da assinatura do protocolo.

Ações serão promovidas nas bacias dos rios que dividem os territórios dos quatro estados. O protocolo é baseado nos programas já desenvolvido através

de Santa Catarina e do Paraná na bacia do rio Uruguai.

Os governadores dos estados do Sul irão promover estratégias de intervenção por meio de ações de prevenção a danos ambientais e pensar em soluções para a difusão de sistemas de gestão ambiental nos meios urbanos e rurais que integram essas bacias.

De acordo com o secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, Rasca Rodrigues, o maior objetivo do projeto é preservar um dos maiores aquíferos de água doce, responsável pelo abastecimento de grande parte dos

estados do Sul e dos países que fazem fronteira com o Brasil. Já o deputado estadual Maurício Picarelli (MS), presidente do Parlasul (Parlamento do Sul), destacou que as principais atividades econômicas desenvolvidas na região da Bacia Hidrográfica do rio Uruguai estão relacionadas com a agricultura e a pecuária.

A região enfrenta sérios problemas ambientais. "A descarga de esgoto sem tratamento, atividade agrícola sem utilização de práticas de conservação do solo, o uso indiscriminado de agrotóxicos, desmatamento intenso e processos erosivos avançados", enumerou o parlamentar.

COMUNIDADE

Programas despertam consciência de reutilizar óleo de cozinha

Iniciativas da Acif e do governo do Estado dão novo destino a resíduos preservando meio ambiente

Andreza de Souza

Você sabe o que fazer com o óleo de cozinha usado? Por falta de conhecimento, muita gente joga o resíduo no ralo da pia e isso, além de causar entupimentos, traz grandes prejuízos ao meio ambiente. Para tentar amenizar esse problema, em 2002, a Associação Comercial e Industrial de

Florianópolis (Acif) desenvolveu o Programa Acif de Reciclagem do Óleo de Cozinha – ReÓleo®.

O ReÓleo® nasceu de uma parceria firmada com uma empresa especializada em reciclagem de óleo de cozinha saturado para fabricação de sabão e produtos de higiene, para atender inicialmente, os restaurantes da Lagoa da Conceição e região. A

grande quantidade do resíduo descartada nos rios, córregos e lagoas despertou, na época, a atenção de moradores, lideranças e associações motivando a iniciativa. Nos anos seguintes, o programa foi ampliado para toda ilha e continente. Hoje, além dos restaurantes, condomínios residenciais também podem fazer sua adesão ao projeto.

Educação Ambiental

A 4ª edição do programa de Educação Ambiental nas escolas traz a Campanha “Reciclar é Educar”. Ao estender a problemática às unidades públicas e privadas de Florianópolis, a Acif visa promover a educação ambiental entre alunos de 1ª a 8ª séries.

“Conscientizar as crianças é o ponto de partida para disseminar essa ação”, afirma a engenheira sanitária e ambiental da Acif, Mirtes Jantsch da Silveira.

Na Escola Municipal José do Valle Pereira, no bairro Saco Grande, os estudantes se mostraram receptivos e envolvidos com o programa. Através de um teatro de bonecos, eles assistiram a apresentação do ReÓleo®, que surge com a proposta de conscientizar, além das crianças, toda a comunidade sobre o valor de exercer a cidadania diante das necessidades atuais.

Na peça teatral, cenários e personagens são feitos de sucata, mostrando que é possível reutilizar diversos materiais. Os temas poluição, desmatamento,

lixo e ação do homem são abordados numa linguagem jovem.

De forma lúdica, o teatro ressalta a importância do programa para as pessoas, o processo de reciclagem do óleo e os seus benefícios ao meio ambiente e à sociedade.

Com a mensagem, os estudantes são orientados e educados para levar às suas casas uma nova atitude. A diretora da escola, Rita de Cássia Michelon, afirma que mudar hábitos nesse momento é pensar no futuro das próximas gerações. “Como educadoras temos que contribuir com a preservação do nosso meio ambiente”, disse.

MP3

O aluno que levar o resíduo recebe em troca cupons para concorrer a cinco bicicletas e dois MP3 no fim do ano. Cada litro coletado dá direito há um cupom. Já as duas escolas que recolherem o maior volume de óleo de cozinha usado, serão contempladas com um computador cada.



Ma Escola Municipal José do Valle Pereira, crianças conhecem benefícios da prática, disseminando ideia nos lares

Como separar e acondicionar o óleo de cozinha usado:

- 1 – Após a fritura dos alimentos, espere o óleo de cozinha esfriar;
- 2 – Coloque em uma garrafa PET e colete até completar;
- 3 – Leve a garrafa fechada até um Ponto de Entrega Voluntária (PEV) mais próximo de sua casa.

Os Pontos de Entrega Voluntária (PEV) são os parceiros do projeto RE-ÓLEO®. Veja a relação dos restaurantes, postos de gasolina e escolas no site da Acif.

Mobilização pelo estado

Com o slogan “De Óleo no Futuro”, o Programa Estadual de Coleta, Reciclagem e Beneficiamento do Óleo de Cozinha, desenvolvido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, visa à preservação e à educação ambiental em Santa Catarina. De acordo com o secretário Onofre Santo Agostini, o objetivo é conscientizar os alunos e a sociedade em favor do meio ambiente, mostrando que é possível fazer a exploração econômica da reciclagem dos óleos e gorduras, gerando emprego e renda aos catarinenses.

Através da Diretoria de Saneamento e Meio Ambiente

(DSMA), o programa é levado as 31 Secretarias de Desenvolvimento Regional, que serão orientadas de como participar e aderir ao projeto. O primeiro passo é a apresentação do Programa “De Óleo no Futuro” nas SDRs e, num segundo momento, a proposta é apresentada aos municípios, para manifestação de interesse das prefeituras que queiram fazer sua adesão e ter conhecimento dos procedimentos oficiais da participação.

Segundo o diretor da DSMA, Juliano Ranzolin, o programa de “Óleo no futuro” vai ser implantado primeiramente nas escolas, mas pretende abranger hotéis, bares, restaurantes e condomínios.



Donas de casas podem aderir levando óleo até pontos de entrega voluntária

O que é feito com o produto reciclado

Sabão
Detergente
Combustível

Cosméticos
Água sanitária
Tinta

Massa de vidro
Adubo
Ração animal

Mais informações: www.acif.org.br ou www.sds.sc.gov.br